



# ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

1

INDICATIVO Nº 10 DE DE DE 2014

*Institui regras para o financiamento de cursos de Pós-Graduação "LATO SENSU" (especialização) e STRICTU SENSU" (mestrado, doutorado e pós-doutorado), no âmbito do Poder Executivo Estadual.*

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O financiamento de cursos de pós-graduação "*lato-sensu*" (Especialização) e "*stricto-sensu*" (Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado) reger-se-á por esta Lei.

§ 1º Para fins de conceituação dos cursos de pós-graduação de que trata este artigo, adotar-se-ão as definições estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 2º Os cursos de pós-graduação, de que trata este artigo, destinam-se aos servidores civis e militares, detentores de cargo ou função efetiva, e os empregados públicos, excluindo-se os ocupantes, exclusivamente, de cargos de provimento em comissão.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a custear, mediante indenização, as despesas com cursos de pós-graduação "*lato-sensu*" (Especialização) e "*stricto-sensu*" (mestrado, doutorado e pós-doutorado), dentro ou fora do Estado ou País, não podendo a mensalidade ultrapassar o limite de:

I - R\$ 500,00 (quinhentos reais) para curso de especialização;

II - R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) para curso de mestrado;

III - R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) para os cursos de doutorado e pós-doutorado;

IV - R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais) para cursos de pós-graduação (*lato-sensu* ou *stricto-sensu*) realizados no exterior.

Parágrafo único. Cabe ao servidor civil, militar ou empregado público a responsabilidade pelo pagamento complementar de valores que excedam aos limites constantes dos incisos do art. 2º, desta Lei, bem como da taxa de matrícula e eventuais taxas adicionais cobradas em razão de atraso na liquidação do débito.

Art. 3º Com a finalidade de incentivar a participação de servidores civis e militares ou empregados públicos estaduais nos cursos de pós-graduação e pós-doutorado, as despesas efetuadas pelo servidor para esse fim, deverão ser indenizadas pelo poder público estadual, desde que autorizado pelo gestor do órgão público a que o servidor for integrante, ou, em qualquer caso pelo Governador do Estado.

Parágrafo único. A Indenização prevista no caput deste artigo restringe-se à missão de estudos científicos, conforme disposto nesta Lei, não podendo, portanto, sob qualquer hipótese, ser caracterizada como salário, vencimento, remuneração ou complementação salarial, de qualquer natureza.



# ESTADO DO PIAUÍ

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

2

Art. 4º O prazo de duração do Auxílio Financeiro na modalidade de Indenização será de:

I - 48 (quarenta e oito) meses, no máximo, para os cursos de doutorado e pós-doutorado;

II - 24 (vinte e quatro) meses, no máximo, para os cursos de mestrado;

III - 12 (doze) meses, no máximo, para os cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Art. 5º São beneficiários do Auxílio Financeiro na modalidade de Indenização os servidores civis, militares ou empregados públicos ocupantes de cargo/função ou emprego público, do quadro permanente do Poder Executivo.

Art. 6º Fica proibido o benefício previsto nesta Lei, cumulativamente, com qualquer outro com o mesmo fim.

Art. 7º O pagamento do Auxílio Financeiro na modalidade Indenização será efetuado diretamente na folha de pagamento do servidor civil, militar ou empregado público estadual, mensalmente, em até 5 (cinco) dias após a apresentação ao órgão/entidade de efetivo exercício, do comprovante de quitação do pagamento e da declaração de assiduidade, emitida pela instituição de ensino.

§ 1º O servidor civil, militar ou empregado público estadual que, injustificadamente, não conclua o curso deverá ressarcir ao Estado os valores pagos, mediante desconto em folha de pagamento, em consonância com os valores e prazos do cronograma original de pagamento da despesa, anteriormente cumprido pelo Estado.

§ 2º Após a conclusão do curso, para o qual recebeu o incentivo financeiro, constante no caput do art. 2º desta Lei, o servidor civil, militar ou empregado público estadual, permanecerá por um prazo mínimo equivalente ao dobro do período em que esteve afastado, em efetivo exercício no cargo/função ou emprego público, sob pena de ressarcir ao erário estadual as despesas realizadas pelo Poder Executivo, levando sempre em consideração a proporcionalidade e a razoabilidade do caso concreto;

§ 3º O servidor civil, militar ou empregado público que não cumprir o prazo mínimo equivalente ao dobro do período em que esteve afastado, em virtude de exoneração a pedido, para assumir outro cargo por concurso público em qualquer dos entes federativos, ficará isento do ressarcimento previsto na parte final do parágrafo anterior.

Art. 8º Perderá o direito ao Auxílio Financeiro na modalidade Indenização o servidor civil, militar ou empregado público estadual que:

I - abandonar o curso;

II - não comprovar a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária, por módulo ou disciplina cursada;

III - for reprovado em disciplina ou módulo;

IV - efetuar trancamento, total ou parcial, do curso, módulo ou disciplina, sem a devida justificativa;

V - não apresentar declaração de aprovação das disciplinas ou módulos cursados, ao seu órgão/entidade de efetivo exercício.

Art. 9º Os recursos necessários à cobertura dos cursos de pós-graduação decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do respectivo órgão ou entidade de efetivo exercício do servidor civil, militar ou empregado público, que serão suplementadas se insuficientes.



# ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

3

Parágrafo único. A efetivação do disposto nesta Lei ocorrerá mediante a regulamentação por Decreto do Chefe do Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias, após a sua publicação.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina (PI), 25 de junho de 2014.

  
Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**  
Presidente

  
Dep. **FÁBIO NOVO**  
1º Secretário

  
Dep. **HÉLIO ISAÍAS**  
2º Secretário

